

PLANO DE GOVERNO



PARANÁ EM MOVIMENTO

PROSPERIDADE, FUTURO E OPORTUNIDADE

Libertas Quæ Sera Tamen

Alexandre Salomão — Governador
Daiana Criminacio — Vice-Governadora

Mobiliza Paraná · Eleições 2026

SUMÁRIO

1. Manifesto — Mobiliza Paraná
2. Nossos Candidatos
3. Apresentação
4. Eixo 1 — Educação: formar pessoas, não apenas alunos
5. Eixo 2 — Neurodiversidade: enxergar talentos onde outros enxergam limitações
6. Eixo 3 — Cultura: tirar crianças das telas e colocá-las diante da vida
7. Eixo 4 — Paraná dos Talentos: descobrir no que cada criança é boa
8. Eixo 5 — Prosperidade: desenvolvimento que chega às pessoas
9. Eixo 6 — Saúde e Segurança: o básico precisa funcionar
10. Governança do Plano: como vamos executar e prestar contas
11. Compromissos Mensuráveis
12. Fechamento



MANIFESTO — MOBILIZA PARANÁ

Somos o Mobiliza Paraná, diretório estadual do PMN, um partido que nasceu da redemocratização brasileira com a missão de fortalecer a cidadania, a justiça social e a soberania nacional por meio da participação popular. Honramos essa história e a trajetória de mobilização que fez do PMN um instrumento de expressão democrática em todo o país.

Hoje, damos um novo passo: queremos furar a bolha do extremismo político que sequestrou o debate público e trazer a razão de volta à política paranaense. Defendemos uma visão de centro-direita, ancorada em valores liberais, que acredita na liberdade econômica com responsabilidade social, no empreendedorismo, na eficiência do Estado e no respeito inegociável à democracia e às instituições.

Nosso compromisso é construir pontes onde outros erguem muros. Recusamos a lógica do “nós contra eles” e trabalhamos para aproximar cidadãos que pensam diferente, mas compartilham algo essencial: o desejo de um Paraná mais próspero, seguro, inovador e humano. Entendemos que não há desenvolvimento sustentável sem segurança jurídica, liberdade de expressão e um ambiente favorável a quem produz, investe e trabalha.

Queremos uma política baseada em fatos, evidências e resultados, não em gritos, rótulos ou narrativas de ódio. Buscamos soluções pragmáticas para os problemas reais do estado: geração de emprego e renda, melhoria da educação, saúde de qualidade, infraestrutura moderna, cidades mais organizadas e seguras, oportunidades para os jovens e acolhimento responsável às populações mais vulneráveis.

Mobiliza Paraná é a casa de quem está cansado dos extremos, mas não desistiu da política. Aqui, convidamos cidadãos comuns, lideranças comunitárias, empreendedores, profissionais liberais, jovens e agentes públicos a se engajarem em um projeto que respeita as raízes do PMN e, ao mesmo tempo, projeta um futuro mais equilibrado, moderno e produtivo para o Paraná. Mobilizar é sair da indignação e agir. Nosso propósito é claro: reunir pessoas de boa-fé, com valores democráticos, para mudar a política de dentro, pelo voto, pelo diálogo e pela participação responsável.

O verde que identifica este plano não é escolha de design: é a cor da nossa origem e do nosso horizonte — a mesma que carregamos no símbolo do partido.



NOSSOS CANDIDATOS

Alexandre Salomão — Candidato ao Governo do Paraná

Advogado com mais de 20 anos de atuação nas áreas de Direito Penal, Processo Penal e Direitos Humanos. Graduado em Direito pela Universidade Tuiuti do Paraná, com pós-graduação em Direitos Humanos pela Universidade de Olavide (Espanha) e em Direito Penal e Criminologia pelo ICPC, além de mestrado em Direito em curso no UNICURITIBA.

Ao longo de sua trajetória, ocupou cargos de destaque na OAB Paraná, foi presidente da Associação Paranaense dos Advogados Criminalistas (APACRIMI), é membro do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPED) e integrante de grupos de trabalho do Tribunal de Justiça do Paraná. Recebeu homenagens da Assembleia Legislativa do Paraná, da Câmara Municipal de Curitiba e da Ordem dos Advogados do Brasil por sua atuação institucional e em defesa dos direitos humanos.

Sua trajetória de duas décadas no Direito Penal e nos Direitos Humanos molda uma visão de segurança pública que não separa eficácia de legalidade: para Alexandre Salomão, um Estado só é forte quando é, ao mesmo tempo, firme contra o crime e rigoroso na defesa dos direitos de cada cidadão — princípio e prática já testados em milhares de casos ao longo de sua carreira.

Daiana Criminacio — Candidata a Vice-Governadora do Paraná

Educadora, empresária e líder comunitária. Formação em Educação Especial em andamento e estudos em Relações Internacionais. Construiu sua trajetória profissional na gestão empresarial, comunicação institucional e desenvolvimento de projetos sociais, com atuação em empresas dos setores alimentício, industrial e comercial, além de participação em programa de formação institucional na Câmara dos Deputados.

É integrante da Mesa Diretiva do Movimento Mulheres e Política de São José dos Pinhais (2025-2026), idealizadora dos projetos sociais “Conheça-me” — voltado à inclusão e à neurodiversidade — e “Homens de Valor” — direcionado à formação cidadã de adolescentes. Destaca-se também como palestrante em temas relacionados à educação inclusiva, ao fortalecimento das famílias, ao desenvolvimento humano e à participação feminina na política.

A experiência de Daiana Criminacio à frente de projetos sociais próprios — nascidos da prática, não do gabinete — traz ao governo um olhar raro: o de quem já organizou, sozinha, iniciativas de inclusão e formação cidadã antes de ter uma estrutura de Estado à disposição. É esse olhar prático que orienta sua atuação nos eixos de Educação, Neurodiversidade e Cultura deste plano.

Nossos candidatos, juntos

Alexandre Salomão e Daiana Criminacio reúnem, numa só chapa, experiência jurídica e institucional, liderança comunitária e compromisso com o desenvolvimento social e econômico do Paraná — uma combinação que une segurança pública e direitos humanos à educação inclusiva e ao desenvolvimento social, dois pilares essenciais de um governo para o Paraná inteiro. Não é uma chapa de complementos protocolares: é a junção deliberada de duas trajetórias que, juntas, cobrem o que um governo de verdade precisa enxergar — a lei e a vida, a instituição e a comunidade, a régua técnica e o cuidado humano.



APRESENTAÇÃO

O Paraná tem hoje uma economia forte, uma educação reconhecida nacionalmente e uma situação fiscal invejável entre os estados brasileiros. É a quarta maior economia do país, com um Produto Interno Bruto que saltou de R\$ 440 bilhões em 2018 para R\$ 718,9 bilhões em 2024. É o estado com a menor proporção de cargos comissionados no Poder Executivo do Brasil. É o estado com a melhor situação previdenciária do país, pelo terceiro ano consecutivo. E é, desde 2023, o líder nacional do IDEB, tanto no ensino médio quanto nos anos iniciais do ensino fundamental.

São conquistas reais, construídas ao longo de anos, e que este plano de governo reconhece e pretende continuar aprimorando. A responsabilidade fiscal, em particular, não é um detalhe técnico: é o que garante que um governo tenha, de fato, dinheiro em caixa para investir onde a população mais precisa, em vez de gastar o orçamento inteiro pagando dívida e juros — como enfrentam hoje quatro estados brasileiros em Regime de Recuperação Fiscal, com uma dívida somada de mais de R\$ 468 bilhões.

Mas um Estado não se mede apenas pelo tamanho do seu PIB ou pela nota da sua dívida — mede-se pela vida concreta de cada família, de cada criança na escola, de cada paciente na fila do SUS, de cada policial na rua, de cada produtor tentando escoar sua safra. É nesse ponto que o Paraná ainda tem uma dívida a pagar consigo mesmo: um déficit histórico de efetivo policial que convive, lado a lado, com uma das menores taxas de homicídio do país; hospitais filantrópicos pedindo socorro financeiro ao Estado; um modelo de gestão escolar que precisa de mais debate público; e uma transição tributária nacional que pode custar caro a um estado com o perfil produtor e exportador do Paraná, se não for enfrentada com antecedência.

Este plano de governo nasce dessa dupla constatação: reconhecer o que funciona, sem vaidade, e enfrentar o que ainda falta, sem medo. Ele é organizado em seis eixos, que respondem a uma pergunta simples: o que significa, na prática, um governo que trabalha para o Paraná inteiro — e não apenas para os números que aparecem bem nas estatísticas?

Cada eixo deste plano começa por um diagnóstico honesto, construído a partir de dados oficiais e de fontes públicas verificáveis, e termina em propostas concretas — não promessas genéricas. É assim que pretendemos governar: com transparência sobre o ponto de partida e clareza sobre o destino.

O Paraná em perspectiva

Vale situar o Paraná diante do resto do Brasil, porque nenhum diagnóstico estadual faz sentido isolado do contexto nacional. Em segurança pública, o Brasil como país segue acima do patamar que a Organização Mundial da Saúde considera epidêmico — 15,97 homicídios por 100 mil habitantes em 2025 —, mas o Paraná, isoladamente, já rompeu essa barreira, com 9,9 por 100 mil habitantes. Em educação, o Paraná lidera o ranking

nacional do IDEB, mas o Brasil como um todo ocupa a 60ª posição entre 81 países no PISA — o que mostra que a régua nacional, mesmo quando o Paraná está no topo dela, ainda está distante da régua internacional. Em finanças públicas, o Paraná tem nota máxima de capacidade de pagamento junto ao Tesouro Nacional, enquanto quatro estados brasileiros — Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás — vivem hoje sob Regime de Recuperação Fiscal, incapazes de honrar sozinhos suas dívidas com a União.

Esses três contrastes contam uma história consistente: o Paraná parte na frente do Brasil em quase tudo que se mede oficialmente, mas o Brasil, como referência, não é um padrão suficientemente exigente. Este plano de governo assume, deliberadamente, um padrão mais alto — comparar o Paraná não apenas com os outros 26 estados, mas com as melhores práticas do próprio Brasil ao longo da última década e com referências internacionais, sempre que a informação existir e for confiável.

Como este plano foi construído

As propostas reunidas neste documento partem de três fontes complementares: o histórico de políticas públicas já testadas no Paraná, reconhecendo o que funcionou e o que ainda precisa de ajuste; experiências de outros estados brasileiros que hoje são referência nacional em suas respectivas áreas — como o Ceará em alfabetização e o Espírito Santo em segurança pública territorializada; e políticas internacionais e de outros estados brasileiros que já demonstraram resultado mensurável e têm potencial real de adaptação à realidade paranaense. Nenhuma proposta deste plano nasce de intuição ou de discurso — todas partem de um caso concreto, testado, com resultado que pode ser verificado.



EIXO 1 — EDUCAÇÃO: FORMAR PESSOAS, NÃO APENAS ALUNOS

“Nenhum Estado se torna grande apenas pelas obras que constrói. Um Estado se torna grande pelas pessoas que forma.”

Diagnóstico

O Paraná assumiu, em 2023, a liderança nacional do IDEB — primeiro lugar no ensino médio, com nota 4,9, à frente de Goiás e Espírito Santo, e também nos anos iniciais do ensino fundamental, com nota 6,7, à frente de Ceará e São Paulo. O estado saiu da 7ª para a 1ª posição nacional em poucos anos. É uma conquista real, construída com mudança curricular, tecnologia em sala de aula — 500 mil alunos já têm aulas de programação e robótica — e apoio técnico do Estado aos municípios via o programa “Educa Juntos”.

Mas há um limite importante nessa conquista: o IDEB mede o Brasil apenas contra o próprio Brasil. Na comparação internacional do PISA — o exame da OCDE aplicado em 81 países —, o Brasil como um todo ocupa a 60ª posição geral, abaixo da média da OCDE nas três disciplinas avaliadas, com cerca de 70% dos estudantes brasileiros sem atingir o nível básico em matemática. Ou seja: ser primeiro do Brasil é uma conquista real, mas ainda distante da fronteira internacional de qualidade educacional.

Também há um debate pedagógico em aberto: setores da sociedade civil apontam que o modelo de parcerias privadas na gestão escolar do Paraná, como o programa “Parceiro da Escola”, precisa de mais transparência sobre seus resultados — inclusive porque parte relevante dos recursos federais de complementação por resultado (VAAR) tem sido direcionada a esses contratos, em vez de para infraestrutura direta das escolas.

Propostas

Primeira infância. Ampliação do investimento em creches e educação infantil, com prioridade para os municípios com maior vulnerabilidade social, e continuidade da distribuição universal de kits escolares e uniformes — política que já atende cerca de 1 milhão de estudantes por ano.

Alfabetização e aprendizagem. Aprofundamento do programa “Educa Juntos”, incorporando o modelo de governança municipalizada consolidado pelo Programa de Alfabetização na Idade Certa do Ceará — quase 20 anos de existência e referência nacional, com meta explícita de 100% das crianças alfabetizadas até o fim do 2º ano do fundamental — com metas por município e apoio técnico direto do Estado às redes municipais.

Professores valorizados e preparados. Conclusão da eliminação de salas de madeira (hoje em 60% de redução, com meta de 100%) e da instalação de climatização nas salas de aula (25 mil salas previstas, 15 mil já entregues). Calendário regular e previsível de concursos e progressão docente — sem descontinuidade entre gestões. Revisão transparente e participativa do modelo de parcerias privadas na gestão escolar, com prestação de contas pública sobre seus resultados pedagógicos e financeiros antes de qualquer decisão de manutenção, ajuste ou substituição.

Educação conectada ao futuro, tecnologia e trabalho. Continuidade e ampliação das aulas de programação e robótica na rede estadual, com integração direta ao eixo “Paraná dos Talentos”. Fortalecimento do ensino técnico e profissionalizante como trilha formal de formação no contraturno escolar, aproximando a escola pública das demandas reais do mercado de trabalho paranaense — do agro à indústria, da tecnologia aos serviços.

Uma meta além do Brasil. Ser primeiro no IDEB é uma conquista nacional; nossa ambição é maior. Vamos assumir a participação e o desempenho no PISA como meta de longo prazo, medindo a educação paranaense não apenas contra o resto do país, mas contra os melhores sistemas educacionais do mundo — como Singapura, hoje líder do ranking nas três disciplinas avaliadas.



EIXO 2 — NEURODIVERSIDADE: ENXERGAR TALENTOS ONDE OUTROS ENXERGAM LIMITAÇÕES

“Dentro da neurodiversidade existem estrelas que ainda não aprendemos a enxergar.” — Daiana Criminacio

Diagnóstico e identificação precoce. Escola preparada para diferentes formas de aprender. Apoio às famílias. Altas habilidades também precisam ser reconhecidas.

Diagnóstico de apoio (dados oficiais)

O Paraná já conta com uma rede de cerca de 3 mil Salas de Recursos Multifuncionais, 1,4 mil Professores de Apoio (PAEs) e 4,1 mil Professores de Apoio Educacional Especializado (PAEEs), distribuídos em centenas de municípios. É uma das poucas redes estaduais do país com professor de apoio especializado ao lado do aluno autista. O número de estudantes com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista matriculados na rede vem crescendo continuamente a cada levantamento da Secretaria — o que reflete tanto a ampliação real da rede de diagnóstico quanto o aumento da identificação. No campo das altas habilidades e superdotação, a rede atende cerca de 12 mil estudantes em 315 salas de Atendimento Educacional Especializado, distribuídas em 167 escolas, com expansão prevista.

É uma base real a partir da qual este governo pretende avançar. Mas há lacunas que precisam ser conhecidas e enfrentadas: não há, hoje, dado público sobre o tempo médio de espera por diagnóstico na rede pública de saúde, sobre a cobertura por região — quantos municípios ainda não têm nenhuma Sala de Recursos Multifuncionais — ou sobre programas específicos de apoio a famílias fora do ambiente escolar. Esse será um dos primeiros levantamentos a serem feitos nos primeiros meses de governo, como base para metas concretas e territorializadas.



EIXO 3 — CULTURA: TIRAR CRIANÇAS DAS TELAS E COLOCÁ-LAS DIANTE DA VIDA

“Uma criança que conhece arte aprende também a imaginar futuros.”

Diagnóstico

O Paraná foi um dos três únicos estados do Brasil — ao lado de Espírito Santo e Goiás — a executar 100% dos recursos da Lei Paulo Gustavo, com R\$ 209,75 milhões investidos e presença em 395 dos 399 municípios paranaenses, o maior investimento entre os estados do Sul. Foram publicados 11 editais estaduais de fomento à cultura no âmbito da lei. É uma base real de capilaridade cultural pelo interior do estado.

Mas há uma fragilidade estrutural por trás desse número: trata-se, majoritariamente, de recurso federal extraordinário, não de orçamento próprio e recorrente do Estado para a cultura. Não há, nas fontes públicas disponíveis, um mapeamento consolidado da rede de equipamentos culturais do Paraná — teatros, museus, bibliotecas, espaços de patrimônio — nem da sua distribuição por região. E os programas de cultura dentro da escola, hoje, dependem majoritariamente de editais pontuais, não de uma política permanente integrada à grade escolar.

Propostas

Teatro, música, arte, leitura, esporte, museus e patrimônio. Vamos propor orçamento próprio e recorrente do Estado para a cultura, para que o acesso à arte não dependa apenas de recursos federais extraordinários como a Lei Paulo Gustavo — garantindo continuidade da política independentemente do calendário de repasses da União.

Cultura como formação humana, não apenas entretenimento. Mapeamento completo da rede de equipamentos culturais do Paraná e plano de expansão regionalizada, priorizando municípios hoje sem nenhum acesso a esses espaços — um diagnóstico que ainda não existe de forma pública e que será um dos primeiros passos da gestão.

Escola como espaço vivo de cultura. Programas permanentes de cultura dentro da carga horária escolar, integrados ao eixo Paraná dos Talentos, para que teatro, música e leitura façam parte da rotina formativa de cada estudante da rede pública — e não apenas de editais pontuais e descontínuos.



EIXO 4 — PARANÁ DOS TALENTOS: DESCOBRIR NO QUE CADA CRIANÇA É BOA

Ciência. Esporte. Arte. Tecnologia. Empreendedorismo. Formação profissional.

Do que trata

Nenhuma criança deveria terminar a escola sem ter descoberto pelo menos um talento que possa desenvolver. Hoje, a rede estadual já oferece aulas de programação e robótica a centenas de milhares de alunos — uma base tecnológica real, mas ainda restrita a uma única dimensão do talento humano. Ciência, esporte, arte e empreendedorismo seguem, majoritariamente, fora da trilha formal de formação de cada estudante.

Propostas

Vamos transformar em trilhas formais, dentro da rede estadual, o que hoje já existe de forma inicial — ampliando a experiência de programação e robótica para esporte, arte e empreendedorismo como parte reconhecida e avaliada da formação de cada estudante, em articulação direta com os eixos de Educação e Cultura. Cada escola estadual deverá oferecer, no contraturno, ao menos uma trilha de descoberta de talento fora do currículo tradicional, com acompanhamento e certificação, para que o estudante que sai da escola pública saiba não apenas o que aprendeu, mas também no que é bom.



EIXO 5 — PROSPERIDADE: DESENVOLVIMENTO QUE CHEGA ÀS PESSOAS

“Queremos um Paraná que continue produzindo riqueza, mas que também produza oportunidades.”

Agro forte e logística à altura da nossa vocação

Diagnóstico. O Paraná é a 4ª maior economia do Brasil e um dos maiores polos agroexportadores do país — o Porto de Paranaguá é o maior porto exportador de grãos do Brasil e líder nacional em exportação de óleo vegetal e carne de frango congelada. Mas hoje apenas cerca de 20% da carga de exportação chega ao porto por ferrovia, e apenas 10% desse total tem origem no Oeste do estado, o principal polo produtor paranaense — o restante é escoado por rodovia, com frete mais caro e maior desgaste da malha viária. No Índice de Desempenho Logístico do Banco Mundial, o Brasil ocupa apenas a 51ª posição entre 139 países, atrás de Índia, China e África do Sul, com o maior gargalo relativo em burocracia aduaneira, não apenas em infraestrutura física.

Propostas.

- Priorizar a conclusão da **Nova Ferroeste** (mais de 1.500 km de nova malha ferroviária ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul, com ramais para Foz do Iguaçu e Santa Catarina) e do **Moegão** do Porto de Paranaguá (que deve elevar a movimentação de 550 para 900 vagões por dia), com metas públicas de aumento da participação ferroviária no escoamento de grãos do Oeste paranaense.
- Avaliar tecnicamente a viabilidade da **Hidrovia Paraná-Paraguai** como terceiro modal de escoamento para o Oeste do estado, hoje já utilizada pelo Paraguai, mas pouco explorada pelo lado paranaense.
- Estender a agenda de desburocratização — em que o Paraná já é líder nacional em dispensa de alvarás e licenças — aos processos aduaneiros e portuários, reduzindo o gargalo documental que hoje pesa mais sobre o Brasil do que a própria infraestrutura física.
- Acompanhar de perto a concorrência dos portos do “Arco Norte” pelo escoamento de grãos do Centro-Oeste, mantendo Paranaguá competitivo em prazo e previsibilidade — o Estado já anunciou R\$ 6,8 bilhões em investimentos para enfrentar esse desafio, e vamos garantir que esse cronograma seja cumprido e monitorado publicamente.

Indústria, empreendedorismo e inovação

Continuidade e ampliação da agenda de desburocratização e de atração de investimentos privados — o Paraná já atraiu mais de R\$ 300 bilhões em investimentos privados desde 2019, segundo dados do próprio governo, e lidera o ranking nacional de dispensa de

alvarás e licenças. Vamos manter essa agenda, com transparência fiscal sobre dívida e execução orçamentária como contrapartida — para que o discurso de resultado econômico venha sempre acompanhado do compromisso de solidez fiscal de longo prazo, e não apenas de anúncios.

Turismo e qualificação profissional

O Paraná reúne, num mesmo território, ativos turísticos de escala internacional — as Cataratas do Iguaçu, o litoral, a Serra do Mar, rotas de turismo rural e enoturismo no interior — e uma capacidade industrial que já atrai investimento estrangeiro. São dois potenciais que ainda crescem de forma desconectada. Vamos tratar o turismo como política de desenvolvimento regional, e não apenas como pasta setorial isolada: cada investimento em logística (Eixo 5, agro e logística) e em segurança pública (Eixo 6) também abre ou fecha portas para o turismo do interior do estado, e o planejamento dessas áreas passará a considerar esse impacto de forma explícita.

Do lado da qualificação profissional, a conexão com a Educação (Eixo 1) é direta: o fortalecimento do ensino técnico e profissionalizante no contraturno escolar é também política de desenvolvimento econômico, formando mão de obra qualificada para os setores que já são a vocação do Paraná — agroindústria, logística, manufatura e, cada vez mais, tecnologia. Um governo que trata educação e economia como agendas separadas perde a oportunidade de formar, hoje, a força de trabalho de que o Paraná vai precisar amanhã.

Gestão fiscal responsável

Diagnóstico. O Paraná tem hoje nota máxima (Capag A+) na Capacidade de Pagamento avaliada pelo Tesouro Nacional — métrica federal independente, não autoavaliação do governo estadual —, dívida líquida negativa em relação à receita corrente (-10,75% no 2º quadrimestre de 2025) e a melhor situação previdenciária do país pelo terceiro ano consecutivo. É um dos maiores ativos de qualquer governo paranaense, especialmente em contraste com Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás, hoje em Regime de Recuperação Fiscal, com dívida somada de R\$ 468,3 bilhões — 56,6% de tudo que os 27 entes da federação devem à União.

Mas essa vantagem enfrenta um risco estrutural real: a Reforma Tributária em curso substitui o ICMS pelo IBS, mudando a cobrança de “origem da produção” para “destino do consumo”. Como o próprio governo já reconhece, a arrecadação paranaense está fortemente ligada à produção — perfil industrial e exportador —, o que torna essa transição, com prazo até 2033, o maior fator de incerteza fiscal do Paraná nos próximos anos.

Propostas.

- Manter os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal com folga, como hoje ocorre com despesa de pessoal (43% da RCL, abaixo do teto de 49%), saúde e educação (ambos acima dos mínimos constitucionais).

- Tratar a transição da Reforma Tributária como prioridade técnica de primeiro escalão, com equipe dedicada a quantificar e mitigar seu impacto sobre a arrecadação paranaense — e defender, junto ao Comitê Gestor nacional do IBS, mecanismos de compensação robustos para estados com o perfil produtor do Paraná.
- Dar continuidade ao fortalecimento do Fundo de Previdência do Paraná — que mais que dobrou em seis anos, de R\$ 5,7 bilhões para R\$ 12 bilhões — hoje responsável por cerca de 27% do custeio previdenciário mensal, com meta de chegar a 50% na próxima década.

Funcionalismo público a serviço do Estado, não do governo de plantão

Diagnóstico. O Paraná já é o estado com menor proporção de cargos comissionados no Poder Executivo do Brasil — apenas 1,35% dos servidores, segundo o último levantamento do IBGE com esse recorte. Mas essa é, hoje, uma prática de gestão, não uma política de Estado: já houve, em gestões anteriores, crescimento expressivo do número de comissionados em um único ano, e não há, hoje, nenhuma lei que impeça que isso se repita no futuro. Fora do Executivo, o desequilíbrio já é real: o Ministério Público do Paraná tem 1.626 cargos comissionados para apenas 875 servidores efetivos.

Propostas.

- Lei estadual estabelecendo percentual mínimo de cargos técnicos preenchidos por servidores de carreira, aplicável ao Executivo e a autarquias e fundações estaduais — transformando uma prática reversível em política de Estado permanente.
- Calendário regular e previsível de concursos públicos, reduzindo a necessidade estrutural de contratações por indicação — o Estado já abriu mais de 3 mil vagas nos últimos três anos, incluindo Magistério, Receita Estadual e Adapar, e vamos dar previsibilidade a esse processo.
- Transparência ativa sobre a proporção entre servidores efetivos e comissionados em todas as estruturas do Estado — incluindo órgãos autônomos, hoje com desequilíbrios que precisam ser conhecidos e corrigidos pela sociedade.
- Critérios técnicos mínimos até para os cargos de livre nomeação remanescentes, reduzindo a dimensão puramente política da distribuição desses cargos, sem eliminar a prerrogativa constitucional do governador de nomear sua equipe de confiança direta.



EIXO 6 — SAÚDE E SEGURANÇA: O BÁSICO PRECISA FUNCIONAR

Saúde: reduzir espera e melhorar o acesso

Diagnóstico. O programa Opera Paraná teve crescimento de 107% no número de cirurgias eletivas entre 2021 e 2024, e o Estado anunciou o maior pacote histórico de investimento em saúde para 2025, R\$ 1,19 bilhão distribuído aos 399 municípios. São avanços reais. Mas hospitais filantrópicos e Santas Casas em cidades como Ponta Grossa já pediram formalmente ao governo estadual um mecanismo de socorro financeiro nos moldes do que existe em São Paulo — sinal de que o investimento em cirurgias eletivas não resolveu, sozinho, a sustentabilidade financeira da rede complementar que atende boa parte do interior do estado.

Propostas.

- Criar uma **Tabela SUS Paranaense**, mecanismo estadual de complementação aos valores pagos pela tabela federal do SUS, com prioridade para Santas Casas e hospitais filantrópicos em risco financeiro. Essa política já existe e funciona em São Paulo, onde mais de R\$ 9,7 bilhões foram repassados a cerca de 800 hospitais filantrópicos, remunerando procedimentos em até 5 vezes o valor da tabela federal.
- Dar continuidade ao programa de cirurgias eletivas e à expansão da rede regional de ambulatorios de especialidades e hospitais regionais, reduzindo a necessidade de deslocamento de pacientes do interior para a capital.
- Implementar um plano permanente de fiscalização e resposta rápida a crises hospitalares, para que nenhuma unidade da rede fique sem resposta do Estado diante de dificuldades graves — aprendendo com casos recentes de descaso já apurados por inquérito civil.

Segurança: baseada em dados e na presença do Estado

Diagnóstico. O Paraná chegou, em 2025, à menor taxa de homicídios da sua história — 9,9 por 100 mil habitantes segundo a Secretaria de Segurança Pública, pela primeira vez abaixo do limite de 10 por 100 mil habitantes que a Organização Mundial da Saúde considera patamar epidêmico. É um resultado real e verificável por fonte federal, 33% abaixo da média nacional. É um dado do qual partimos, com orgulho.

Mas um governo para o Paraná inteiro não esconde o que ainda falta: o efetivo policial operacional do Paraná gira historicamente entre 16 mil e 21 mil policiais militares, frente a um efetivo previsto de 27 mil — um déficit crônico que já gerou relatos de batalhões cobrindo milhares de quilômetros com poucas viaturas. A categoria policial já fez operação padrão e protestos por reajuste salarial e jornada digna. E a corporação enfrenta hoje uma taxa recorde de suicídio entre seus membros — 44 casos na atual

gestão, mais que o dobro do biênio anterior — um dado que exige resposta institucional urgente, de saúde mental e valorização, não apenas reconhecimento público.

Propostas.

- **Fechar o déficit histórico de efetivo policial**, com calendário regular e cumprido — não apenas anunciado — de concursos para a Polícia Militar e a Polícia Civil, até que o efetivo operacional real se aproxime do efetivo previsto em lei.
- **Cuidar de quem cuida da nossa segurança**: plano permanente de saúde mental e valorização da tropa, com acompanhamento psicológico estruturado e prevenção ao suicídio como prioridade de gestão de pessoal — não como pauta secundária diante do recorde de casos já registrado.
- **Monitoramento público e territorializado dos indicadores de segurança**, inspirado em experiências como o Programa Estado Presente do Espírito Santo — que levou o estado do 2º mais violento do Brasil, em 2011, ao menor patamar histórico de homicídios em 2025 —, com metas por região e prestação de contas regular à sociedade, incluindo indicadores hoje frequentemente esquecidos, como violência doméstica e contra idosos.
- **Comando técnico das polícias como política de Estado, não de governo**. Vamos propor uma Emenda à Constituição Estadual instituindo mandato fixo de dois anos, com uma recondução, para os comandos técnicos da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros — escolhidos a partir de lista tríplice eleita pelos respectivos quadros de carreira, com destituição apenas por ato motivado do governador. É o mesmo modelo que já funciona, com sucesso, para a escolha do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público, com base constitucional própria. Combinado a um Plano Estadual de Segurança Pública plurianual, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública, com metas que sobrevivam à alternância de governo, esse é o caminho para que a segurança pública deixe de mudar de rumo a cada quatro anos.
- **Investimento prioritário e responsável**. Toda decisão de investimento em segurança será avaliada por custo-benefício e prioridade orçamentária — o Estado deve investir onde o retorno em segurança para o cidadão comum for maior, começando por resolver o déficit de efetivo e de equipamento da própria tropa que já temos, antes de comprometer recursos vultosos com soluções de exceção que atendem a um número reduzido de casos.
- **Direitos humanos como parte da segurança, não como obstáculo a ela**. Qualquer política de enfrentamento ao crime organizado incluirá, desde o desenho, salvaguardas de direitos humanos e mecanismos públicos de monitoramento de letalidade policial — para que os resultados sejam sustentáveis e para que o Paraná não repita, em maior escala, os pontos de controvérsia já observados em experiências de outros estados, como o aumento de letalidade policial associado a algumas estratégias de enfrentamento ao crime organizado.



GOVERNANÇA DO PLANO: COMO VAMOS EXECUTAR E PRESTAR CONTAS

Um plano de governo só vale pelo que é efetivamente cumprido. Por isso, este plano assume três compromissos de método, válidos para todos os seis eixos:

Metas públicas e territorializadas. Cada proposta deste plano será desdobrada, já nos primeiros cem dias de governo, em metas mensuráveis e por região do estado — não apenas em médias estaduais que escondem desigualdades entre capital, região metropolitana e interior.

Prestação de contas regular. Assim como o Espírito Santo publica anuário público do Programa Estado Presente, o Paraná passará a publicar relatório anual de acompanhamento de cada eixo deste plano, com dados abertos e auditáveis por qualquer cidadão, entidade de classe ou órgão de imprensa.

Continuidade além do calendário eleitoral. As propostas de institucionalização já previstas neste plano — comando técnico das polícias, percentual mínimo de cargos de carreira, Tabela SUS Paranaense — serão encaminhadas como projetos de lei ou emenda constitucional, e não apenas como decretos ou portarias, exatamente para que sobrevivam a esta e às próximas gestões, sejam elas do Mobiliza ou de qualquer outro partido.

Diálogo com quem executa a política pública. Nenhuma das propostas deste plano nasce pronta e definitiva. Professores, policiais, profissionais de saúde, servidores da cultura e das áreas de assistência social, cooperativas do agronegócio e entidades de classe serão ouvidos formalmente antes da redação final de cada projeto de lei — não como formalidade protocolar, mas porque quem está na ponta do serviço público enxerga detalhes que nenhum gabinete enxerga sozinho.

Transparência sobre os limites do próprio plano. Este documento foi construído a partir de dados públicos e oficiais disponíveis até o momento de sua redação. Onde a informação pública era insuficiente — como no mapeamento de equipamentos culturais ou no tempo de espera por diagnóstico de neurodivergência — este plano diz isso com todas as letras, em vez de inventar números. Governar com honestidade começa por admitir o que ainda não se sabe.



COMPROMISSOS MENSURÁVEIS

Eixo	Compromisso central	Prazo de referência
Educação	Iniciar participação paranaense no PISA como meta de longo prazo	Ciclo de governo
Neurodiversidade	Mapear tempo de espera por diagnóstico e cobertura por região	Primeiros 100 dias
Cultura	Criar orçamento estadual próprio e recorrente para a cultura	1º ano de governo
Paraná dos Talentos	Trilha formal de talento no contraturno em toda escola estadual	Ciclo de governo
Prosperidade — Agro/Logística	Metas públicas de aumento do escoamento ferroviário no Oeste	Ciclo de governo
Prosperidade — Fiscal	Plano de mitigação do impacto da Reforma Tributária	Primeiro ano de governo
Prosperidade — Funcionalismo	Lei de percentual mínimo de cargos de carreira	Primeiro ano de governo
Saúde	Criação da Tabela SUS Paranaense	Primeiro ano de governo
Segurança	Calendário regular de concursos PM/PC até fechar déficit de efetivo	Ciclo de governo
Segurança	Emenda Constitucional de mandato fixo para comandos técnicos	Primeiros dois anos



FECHAMENTO

Um governo para o Paraná inteiro não escolhe entre segurança e direitos humanos, entre eficiência fiscal e investimento social, entre reconhecer o que funciona e corrigir o que ainda falta. Escolhe fazer as duas coisas, com dados, com responsabilidade e com as pessoas — cada criança, cada família, cada trabalhador, cada produtor — no centro de toda decisão.

Este plano parte do que o Paraná já construiu — uma economia forte, uma educação reconhecida, uma situação fiscal sólida — e assume, com a mesma clareza, o que ainda precisa ser enfrentado: os déficits que os números médios escondem, as desigualdades entre capital e interior, os direitos que não podem esperar mais quatro anos para virar política de Estado.

Governar é, antes de tudo, uma escolha de prioridades. Escolhemos a criança que ainda não teve seu talento descoberto, o policial que trabalha sem efetivo suficiente, a família que espera meses por um diagnóstico, o produtor que paga caro pelo frete porque a ferrovia não chegou até ele, o servidor técnico que constrói política pública sem depender de indicação política. Escolhemos, sobretudo, um Paraná onde o debate público seja pautado por fatos e propostas — e não por medo ou extremismo.

Um governo para o Paraná inteiro.



Plano de Governo — Alexandre Salomão e Daiana Criminacio — Mobiliza Paraná.